

Gabinete das Fronteiras Marítimas



FRONTEIRAS MARÍTIMAS DE TIMOR-LESTE 2016

PARA
INFORMAÇÃO
PÚBLICA

Timor-Leste não
pede mais do
que aquilo que
lhe pertence
de acordo
com o direito
internacional

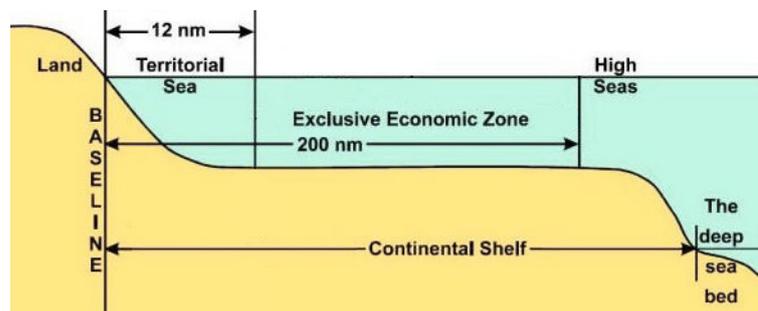
O QUE SÃO FRONTEIRAS MARÍTIMAS?

Os Estados costeiros têm o direito de determinar as suas fronteiras terrestres e de definir ou "delimitar" a extensão do seu território marítimo soberano em conformidade com o direito internacional.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) é o principal tratado multilateral sobre o direito marítimo. Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia são países signatários da CNUDM.

A CNUDM reconhece diferentes tipos de direitos sobre áreas marítimas, tais como o

mar territorial (junto à linha costeira), a zona económica exclusiva (ZEE) (que se estende até 200 milhas náuticas), e a plataforma continental (que pode compreender a ZEE ou estender-se para além da ZEE em determinadas circunstâncias). Quando Estados vizinhos têm sobreposição de reivindicações à ZEE ou a direitos sobre a plataforma continental, a CNUDM requiere que cheguem a acordo sobre uma fronteira marítima permanente com base no direito internacional, para alcançar uma solução equitativa.



A figura acima representa os potenciais direitos de um Estado costeiro em conformidade com a lei internacional, onde não há reivindicações sobrepostas com os Estados vizinhos.

O QUE PRETENDE TIMOR-LESTE?

Timor-Leste ainda não tem fronteiras marítimas permanentes delimitadas com os seus vizinhos, a Austrália e a Indonésia. Timor-Leste procura estabelecer as fronteiras marítimas permanentes com os

seus vizinhos, em conformidade com os direitos plasmados na lei internacional, como é requerido a um Estado parte da Convenção.

Timor-Leste está a trabalhar no sentido de construir relações mais fortes com os seus países vizinhos, com base nos princípios de honestidade, respeito e igualdade, procurando uma solução amigável para estas questões.

Definir as fronteiras
marítimas é uma questão
de soberania para o Povo
de Timor-Leste.

O mar territorial estende-se até um limite de 12 milhas náuticas da linha de base de um Estado (normalmente desenhado a partir da linha da baixamar ao longo da costa). Os Estados têm o controlo do espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial bem como à coluna de água, ao leito e ao subsolo deste mar.

A zona económica exclusiva estende-se até 200 milhas náuticas das linhas de base de um Estado. Os Estados têm o direito de explorar os recursos vivos e não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, incluindo os recursos petrolíferos e pesqueiros.

A plataforma continental estende-se até, pelo menos, 200 milhas náuticas a partir das linhas de base de um Estado. Em alguns casos, um Estado pode reivindicar uma plataforma continental alargada para além das 200 milhas náuticas, onde há um "prolongamento natural" da plataforma. Os Estados podem explorar os recursos que se encontram no leito do mar e no subsolo.

Onde os Estados vizinhos (com costas adjacentes ou situadas frente a frente) têm sobreposições de reivindicações de direitos sobre a ZEE ou sobre a plataforma continental, a CNUDM requer que cheguem a acordo em conformidade com o direito internacional, de forma a alcançar uma solução equitativa.

POR QUE SÃO AS FRONTEIRAS MARÍTIMAS TÃO IMPORTANTES PARA TIMOR-LESTE?

Determinar as fronteiras marítimas permanentes tornou-se uma prioridade nacional para Timor-Leste, enquanto etapa final da soberania plena de um Estado recém-independente. Para o povo de Timor-Leste, garantir os direitos sobre o território marítimo da nação é uma continuação da sua longa luta pela soberania e independência. As fronteiras

marítimas irão permitir que Timor-Leste possa explorar e desenvolver melhor os recursos petrolíferos e pesqueiros, fomentar as empresas e o investimento e aumentar as receitas dos recursos para o fundo de riqueza soberana, que é um fundo consagrado à construção de um futuro próspero para o povo de Timor-Leste.

QUAIS SÃO OS DIREITOS DE TIMOR-LESTE SEGUNDO A LEI INTERNACIONAL?

A CNUDM impõe uma obrigação aos Estados para definirem fronteiras marítimas permanentes com os Estados vizinhos mediante acordo. Em caso de sobreposição de reivindicações (ou seja, quando há menos de 400 milhas náuticas entre as costas vizinhas), o direito internacional geralmente segue a abordagem de que uma linha mediana ou equidistante deve ser traçada, com os necessários ajustes feitos para circunstâncias relevantes (se houver), a fim de se chegar a uma solução equitativa. Isto é conhecido como a abordagem de "equidistância/circunstâncias relevantes" para a delimitação das fronteiras marítimas.

Na maioria dos casos, uma linha equidistante ajustada é desenhada enquanto solução equitativa nos termos do direito internacional.

As atuais disposições provisórias, entre Timor-Leste e a Austrália no Mar de Timor, seguem uma abordagem diferente na partilha dos recursos na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero e no campo Greater Sunrise, sem prejuízo das posições para ambos os Estados sobre a delimitação definitiva das fronteiras marítimas.



Acordos provisórios existentes entre Timor-Leste e a Austrália

Antes de Timor-Leste se tornar uma nação independente em 2002, o Acordo do Mar de Timor foi negociado entre a Austrália e as Nações Unidas, durante o período de administração das Nações Unidas. O acordo estabelece disposições temporárias de partilha de recursos e define uma Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero no Mar de Timor.

Este foi substituído pelo quase idêntico Tratado do Mar de Timor, acordado entre os governos da Austrália e de Timor-Leste e assinado a 20 de Maio de 2002 - o dia em que Timor-Leste restaurou a independência.

Logo após o Tratado do Mar de Timor, a Austrália e Timor-Leste celebraram um acordo relativo à área do Greater Sunrise, conhecido como o Acordo de Unitização.

O Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS) foi assinado em 12 de Janeiro de 2006. Foi durante as negociações sobre este tratado que a Austrália terá alegadamente espionado a equipa de negociação de Timor-Leste. Embora no tratado venha referido que o mesmo não prejudicará a delimitação das respetivas fronteiras marítimas, este também inclui uma cláusula de "moratória", prevendo que as duas nações não afirmarão, perseguirão ou promoverão por qualquer meio a reivindicação de direitos soberanos, jurisdição e fronteiras marítimas durante 50 anos. Timor-Leste diz que esta moratória é inconsistente com o direito de Timor-Leste para delimitar a sua fronteira marítima permanente e com a obrigação prevista na CNUDM para os Estados vizinhos acordarem as fronteiras marítimas e não fazerem nada que possa comprometer ou entravar a conclusão do acordo definitivo.

Estes acordos provisórios repartem as receitas da extração de petróleo e gás na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero e Greater Sunrise entre a Austrália e Timor-Leste. No entanto, o CMATS reconhece a jurisdição de Timor-Leste sobre todos os recursos na coluna de água (tais como a pesca) dentro da Área Conjunta de Desenvolvimento.

PODE TIMOR-LESTE IR A TRIBUNAL PARA DEFENDER OS SEUS DIREITOS MARÍTIMOS NO MAR DE TIMOR?

Timor-Leste não pode pedir a um tribunal ou órgão judicial para determinar as suas fronteiras marítimas com a Austrália. Em 2002, dois meses antes de Timor-Leste se tornar independente, a Austrália submeteu declarações ao Tribunal Internacional de Justiça e à CNUDM excluindo-se da jurisdição do Tribunal e de outros

procedimentos de resolução de litígios nos termos da CNUDM em relação às fronteiras marítimas. Como resultado, não há nenhuma opção para procurar uma decisão vinculativa de um tribunal internacional sobre a posição de Timor-Leste relativamente às fronteiras marítimas com a Austrália, ao abrigo do direito internacional.

QUAL É A SITUAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS COM A INDONÉSIA?

Os líderes de Timor-Leste e da Indonésia concordaram, em agosto de 2015, com discussões renovadas e alargadas, abrangendo tanto as fronteiras terrestres como as marítimas. Timor-Leste iniciou conversações com a Indonésia para delimitar as fronteiras marítimas permanentes, em setembro de 2015. A pequena fração da fronteira terrestre que está por resolver será concluída em breve.

Nas consultas iniciais sobre as fronteiras marítimas, a Indonésia e Timor-Leste desenvolveram em conjunto um conjunto

de princípios e orientações gerais para guiar as negociações. Ambos os Estados afirmaram que a posição de uma fronteira marítima permanente deve ser negociada em conformidade com o direito internacional, em particular com a CNUDM. Prevê-se que as negociações formais sobre as fronteiras marítimas tenham início em março de 2016.



Consultation Meeting between Timor-Leste and Indonesia

A INDONÉSIA JÁ ESTABELECEU FRONTEIRAS MARÍTIMAS COM OS SEUS OUTROS VIZINHOS?

A Indonésia tem dez vizinhos com quem partilha fronteiras marítimas. Destes, Timor-Leste e Palau são os únicos países com os quais a Indonésia ainda não chegou a qualquer acordo de fronteira marítima, tendo iniciado discussões com ambos.

A AUSTRÁLIA JÁ ESTABELECEU FRONTEIRAS MARÍTIMAS COM OS SEUS OUTROS VIZINHOS?

A Austrália chegou a acordo sobre as fronteiras marítimas com todos os seus vizinhos, exceto com Timor-Leste. Menos de 2% da sua fronteira marítima total permanece por definir - esta é a área a ser negociada com Timor-Leste.

Quase todos os acordos da Austrália sobre fronteiras marítimas com os seus outros vizinhos são geralmente baseados na equidistância ou linha mediana.

QUAL É A SITUAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS COM A AUSTRÁLIA?

Existem atualmente regimes provisórios entre a Austrália e Timor-Leste para administrar as atividades de petróleo e gás no Mar de Timor. Estes são "sem prejuízo" da delimitação definitiva das fronteiras marítimas. Esses acordos e a CNUDM exigem especificamente e claramente que as partes estão obrigadas a negociar um acordo de fronteiras marítimas permanentes.

Apesar dessa obrigação, a Austrália invocou a cláusula de "moratória" no âmbito do CMATS e não está atualmente disposta a negociar as fronteiras marítimas permanentes com Timor-Leste. Devido à Austrália se ter retirado da jurisdição dos tribunais internacionais sobre fronteiras marítimas, uma fronteira marítima permanente com este país só pode ser alcançada através de negociações bilaterais.



Meeting of the Consultative Commission of the Government of Timor-Leste on maritime boundaries



Photo credit: AFP

POR QUE É QUE TIMOR-LESTE INICIOU DOIS CASOS LEGAIS CONTRA A AUSTRÁLIA?

A arbitragem sobre espionagem

A 23 de abril de 2013, Timor-Leste iniciou procedimentos de arbitragem no Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia, no âmbito do Tratado do Mar de Timor de 2002, na sequência das alegações de espionagem durante as negociações de tratados relacionados que levaram à celebração do Tratado de 2006, conhecido por CMATS. Timor-Leste apresentou, com base nas alegações de espionagem e de acordo com princípios reconhecidos no direito internacional, que o tribunal deve considerar o Tratado CMATS de 2006 nulo e deve, por conseguinte, declarar o anterior Tratado do Mar de Timor de 2002 válido e operativo nos seus termos originais. A arbitragem está em curso.

O caso da apreensão de documentos no Tribunal Internacional de Justiça

Em dezembro de 2013, com o processo de arbitragem sobre espionagem a decorrer, funcionários da inteligência australianos apreenderam dados e documentos jurídicos pertencentes a Timor-Leste, incluindo documentos relativos à arbitragem, que estavam na posse de um dos advogados de Timor-Leste em Canberra. Considerando que a Austrália se recusou a devolver os documentos apreendidos, Timor-Leste entrou em ação no Tribunal Internacional de Justiça para impedir o uso dos documentos pela Austrália e com vista à sua recuperação.

Numa fase inicial do processo o Tribunal decidiu a favor de Timor-Leste e deferiu Medidas Provisórias, proibindo a Austrália de interferir nas comunicações entre Timor-Leste e os seus consultores jurídicos e exigiu à Austrália que selasse os materiais apreendidos até à decisão final do caso.

COMO É QUE ESTES CASOS PROSSEGUIRAM?

Na sequência do sucesso público de Timor-Leste no Tribunal Internacional de Justiça, a Austrália solicitou um adiamento dos dois processos, por seis meses, numa tentativa de resolver amigavelmente todas as questões em litígio. Após várias rondas de consulta, a Austrália rejeitou a abordagem proposta por Timor-Leste de iniciar negociações estruturadas sobre as fronteiras marítimas definitivas. A Austrália contrapropôs com mais discussões bilaterais, mas sem estar disposta a discutir as fronteiras marítimas como parte integrante dessas discussões.

Após o término das consultas, a Austrália devolveu os documentos e dados apreendidos ilegalmente e reconheceu a necessidade de todos os Estados respeitarem a confidencialidade das comunicações entre um Estado e os seus consultores jurídicos, tendo assim Timor-Leste encerrado este caso. Timor-Leste, posteriormente, decidiu reativar a arbitragem sobre espionagem.

QUAL É A RELEVÂNCIA DA MAIS RECENTE ARBITRAGEM COM A AUSTRÁLIA SOBRE “JURISDIÇÃO EXCLUSIVA”?

No final de 2013, o Governo australiano envolveu-se numa disputa de longa data, sobre matéria fiscal, entre Timor-Leste e empresas contratadas que operam na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero, uma área no Mar de Timor que é partilhada provisoriamente entre os dois países. A Austrália alegou que tinha jurisdição “exclusiva” (incluindo para tributar) sobre o gasoduto ligado à Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero. Timor-Leste e a Austrália tentaram, durante mais de 18 meses, resolver o problema através de consultas, mas como nenhuma resolução foi alcançada, Timor-Leste protegeu os seus interesses dando início a uma arbitragem. Esta arbitragem não é sobre a delimitação definitiva das fronteiras marítimas entre a Austrália e Timor-Leste.



O QUE SIGNIFICA UM ACORDO SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS PERMANENTES COM A AUSTRÁLIA, PARA AS COMPANHIAS ATUALMENTE A OPERAR NO MAR DE TIMOR?

Um acordo de fronteira marítima definitiva entre a Austrália e Timor-Leste irá providenciar segurança aos investidores e às empresas que operam no Mar de Timor. Timor-Leste está empenhado em desenvolver disposições transitórias para minimizar a interrupção das operações existentes e assegurar que as atividades podem continuar em condições equivalentes às do regime provisório atual.

É CONSISTENTE APOIAR O DESENVOLVIMENTO DO GREATER SUNRISE EMBORA TIMOR-LESTE DEFENDA QUE O CMATS É INVÁLIDO?

Sim, como qualquer ação que Timor-Leste assume com os empreendedores do Greater Sunrise é consistente com a sua posição geral de que o tratado CMATS é inválido (e o Tratado do Mar de Timor continua).

Timor-Leste continua a ser favorável ao desenvolvimento do Greater Sunrise, incluindo um gasoduto para Timor-Leste. O desenvolvimento do Greater Sunrise seria transformador para a economia de Timor-Leste, através de crescimento económico, criação de emprego e desenvolvimento de infraestruturas. Timor-Leste continua empenhado em trabalhar com as companhias de petróleo e gás, incluindo as empresas que operam atualmente no Mar de Timor, a fim de promover o desenvolvimento económico do país.



FRONTEIRAS MARÍTIMAS DE TIMOR-LESTE 2016

Para mais informações contactar:

Gabinete das Fronteiras Marítimas

Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas

Governo da República Democrática de Timor-Leste

info@gfm.tl

+670 7742 5544

